

ESPECIFICIDADES INCLUSIVAS PARA ALUNOS ESPECIAIS

INCLUSIVE SPECIFICITIES FOR STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

ESPECIFICIDADES INCLUSIVAS PARA ALUMNOS CON NECESIDADES ESPECIALES

Flaviano Lima de Queiroz¹
Catarina Maria Ramalho Xavier²
Anne Catherine da Costa Ferreira³
Anne Caroline da Costa Ferreira⁴
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁵

RESUMO: Para assegurar a inclusão real de estudantes com necessidades especiais, torna-se indispensável compreender as particularidades de cada discente. Tais traços singulares condicionam o aprendizado, abarcando dimensões cognitivas, afetivas, relacionais e motoras. Identificar essas características viabiliza a elaboração de abordagens pedagógicas individualizadas, atentas ao tempo de desenvolvimento e às capacidades de cada aluno.

Uma inclusão plena ultrapassa a mera permanência física na sala de aula, demandando o efetivo acesso aos conteúdos curriculares, a modificações didáticas e a recursos materiais desimpedidos. Ademais, a capacitação docente continuada mostra-se imprescindível para gerir a pluralidade de forma capacitada e empática.

O espaço escolar precisa configurar-se como um local receptivo, que estimule a convivência entre os discentes e aprecie a diversidade. O diálogo constante com os responsáveis e com especialistas de outras áreas é igualmente obrigatório para o respaldo completo do estudante.

A formulação de diretrizes governamentais transparentes e o aporte financeiro em aparatos apropriados favorecem a consolidação de um ensino inclusivo de excelência. Desse modo, a condição fundamental para a inclusão sintetiza-se na integração entre acompanhamento singular, infraestrutura acessível e metodologias de ensino críticas, assegurando a inserção integral e o êxito escolar dos discentes com necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Práticas Pedagógicas. Capacitação Docente.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School. Bibliotecário-Documentalista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School. Bibliotecária-Documentalista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Internacional Signorelli. Bibliotecária/Documentalista.

⁴ Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Internacional Signorelli. Bibliotecária/Documentalista.

⁵ Professora-Orientadora pela Christian Business School.

ABSTRACT: To ensure the real inclusion of students with special needs, it is essential to understand the particularities of each learner. Such unique traits shape the learning process, encompassing cognitive, affective, relational, and motor dimensions. Identifying these characteristics enables the development of individualized pedagogical approaches attentive to each student's development pace and abilities.

Full inclusion goes beyond mere physical presence in the classroom, requiring effective access to curricular content, didactic modifications, and unobstructed material resources. Moreover, continuous teacher training is indispensable to competently and empathetically manage diversity.

The school environment must be configured as a welcoming space that fosters coexistence among students and appreciates diversity. Constant dialogue with caregivers and specialists from other fields is also mandatory to fully support the student.

The formulation of transparent government guidelines and financial investment in appropriate resources facilitate the consolidation of excellent inclusive education. Thus, the fundamental condition for inclusivity is synthesized in the integration of individualized monitoring, accessible infrastructure, and critical teaching methodologies, ensuring the full integration and academic success of students with special needs.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. Pedagogical Practices. Teacher Training.

RESUMEN: Para asegurar la inclusión real de estudiantes con necesidades especiales, se vuelve indispensable comprender las particularidades de cada alumno. Tales rasgos singulares condicionan el aprendizaje, abarcando dimensiones cognitivas, afectivas, relacionales y motoras. Identificar estas características posibilita la elaboración de enfoques pedagógicos individualizados, atentos al ritmo de desarrollo y a las capacidades de cada estudiante.

Una inclusión plena va más allá de la mera permanencia física en el aula, exigiendo el acceso efectivo a los contenidos curriculares, modificaciones didácticas y recursos materiales accesibles. Además, la capacitación docente continua se muestra imprescindible para gestionar la pluralidad de forma competente y empática.

El espacio escolar debe configurarse como un lugar receptivo, que estimule la convivencia entre los estudiantes y valore la diversidad. El diálogo constante con los responsables y con especialistas de otras áreas es igualmente obligatorio para el completo respaldo del alumno.

La formulación de directrices gubernamentales transparentes y el aporte financiero en aparatos adecuados favorecen la consolidación de una enseñanza inclusiva de excelencia. De este modo, la condición fundamental para la inclusión se sintetiza en la integración entre el acompañamiento individualizado, la infraestructura accesible y metodologías de enseñanza críticas, asegurando la inserción integral y el éxito escolar de los estudiantes con necesidades especiales.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Educación Especial. Prácticas Pedagógicas. Capacitación Docente.

1 INTRODUÇÃO

A legislação brasileira sobre educação especial, especialmente o Decreto n.º 12.686/2025, estabelece diretrizes claras para a inclusão e atendimento de alunos com deficiência. O decreto reafirma o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, definindo o público-alvo e vedando a exigência de laudos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As escolas têm obrigação de garantir acessibilidade, formação docente e adequação Institucional. A política também reconhece o estudante com TEA como pessoa com deficiência, assegurando sua inclusão, aborda o Decreto n.º 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, substituindo o Decreto n.º 7.611/2011. A norma reafirma o direito à educação em sistema inclusivo, define o público-alvo (pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades), veda exigência de laudos para o AEE e impõe às escolas deveres de acessibilidade, formação docente e adequação institucional.

As diretrizes da educação especial no Brasil estão fundamentadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e na Convenção Internacional sobre os Direitos **das Pessoas com Deficiência** (Decreto n.º 6.949/2009). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

3

A especificidade no atendimento a estudantes com necessidades especiais refere-se à adequação do ensino. Essa abordagem busca reconhecer e responder às demandas específicas de cada aluno com deficiência, distúrbios do desenvolvimento ou talentos elevados. O objetivo é considerar o aluno não apenas pela sua condição, mas pelas suas particularidades e obstáculos individuais na aprendizagem. Vários desafios enfrentados por estudantes nas instituições de ensino podem ser suavizados ou eliminados ao se identificarem e reduzirem as barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação. Segundo Booth e Ainscow (2002), aspectos como a infraestrutura, as culturas, as políticas educacionais, o currículo, a disposição dos alunos em sala e a forma de interação são algumas das barreiras que podem complicar a experiência escolar de qualquer aluno, e não apenas daqueles que possuem deficiências ou talentos excepcionais. A redução dessas barreiras, conforme afirmam os autores, requer a alocação de recursos – sejam eles físicos, humanos ou políticos – nas escolas e nas comunidades. Muitas vezes, as instituições de ensino apresentam dificuldades para realizar essa mobilização.

Mais recursos do que aqueles que realmente usam. De acordo com Booth e Ainscow (2002), recursos não se limitam apenas a aspectos financeiros. Assim como as barreiras, eles podem estar presentes em todos os setores de uma escola, como nos alunos, nas famílias, nas comunidades e nos educadores; nas transformações culturais, nas políticas e nas práticas. As habilidades dos alunos para gerenciar sua própria aprendizagem e ajudar os colegas podem ser especialmente desperdiçadas, assim como a capacidade do corpo docente em promover o crescimento mútuo.

2 METODOLOGIA

A estratégia empregada na construção deste artigo classifica-se como pesquisa bibliográfica, caracterizando-se por um procedimento sistemático de investigação voltado ao exame e à interpretação de registros previamente publicados, a exemplo de livros, artigos de periódicos, teses e demais documentos pertinentes ao tema investigado. Conforme aponta Gil (2002), tal procedimento possibilita apreender o panorama atual de determinado assunto, organizando o saber acumulado e apontando lacunas para investigações futuras. Por sua vez, Lakatos e Marconi (2003) destacam que essa modalidade investigativa demanda a escolha rigorosa dos suportes informacionais, acompanhada de leitura reflexiva e escrutínio crítico, assegurando assim a solidez teórica necessária ao andamento do estudo.

4

Esse método revela-se especialmente apropriado para investigações no campo das Ciências Humanas, uma vez que favorece o adensamento conceitual e a estruturação de um embasamento teórico consistente, elementos essenciais para circunscrever o problema e sustentar as hipóteses formuladas. Desse modo, define-se como um estudo de natureza indutiva, que emprega o pensamento de autores consolidados para fundamentar a formulação de argumentos e asserções.

Para a execução do levantamento bibliográfico, efetuou-se primeiramente uma busca em repositórios científicos de relevo, mediante o emprego de palavras-chave associadas ao foco central da pesquisa. O processo de filtragem das referências norteou-se por parâmetros de contemporaneidade, pertinência e idoneidade, em consonância com as diretrizes de Gil (2002). Posteriormente, procedeu-se ao exame crítico dos textos com o intuito de reconhecer convergências e divergências capazes de favorecer a densidade teórica da pesquisa (Marconi ; Lakatos 2010).

3 O IDEAL PARA ALUNOS ESPECIAIS

A inserção de estudantes com necessidades educacionais especiais é um assunto que requer definições precisas sobre as particularidades essenciais para garantir um ambiente educacional genuinamente inclusivo. Neste cenário, as particularidades dizem respeito às modificações nos currículos, nas metodologias e nas condições do ambiente que possibilitam o acesso completo e a participação ativa desses alunos no processo de aprendizagem. Conforme Mantoan (2006), defende uma perspectiva de educação inclusiva na qual a escola deve reorganizar suas práticas e condições de ensino para responder à diversidade dos alunos. Nesse contexto, as adaptações e flexibilizações criativas sejam utilizadas de forma homogênea devem favorecer a participação de todos, evitando que as diferenças sejam utilizadas como justificativa para a exclusão.

Por fim, o envolvimento dinâmico da comunidade escolar, que abrange tanto as famílias quanto os profissionais de apoio, é um elemento essencial na criação de um ambiente inclusivo que valorize as características e capacidades dos alunos com necessidades especiais. Segundo Mantoan (2006), A viabilização da educação inclusiva pressupõe que as práticas pedagógicas incorporem a pluralidade dos discentes. Esse processo requer o reconhecimento de suas diferentes demandas e potencialidades, além do desenvolvimento de estratégias que assegurem a aprendizagem e a integração de todos os estudantes.

5

Além disso, a formação contínua dos educadores é fundamental para que possam desenvolver sensibilidade e habilidades necessárias para gerir a diversidade na sala de aula, ajustando suas práticas e criando um ambiente que seja acolhedor e motivador. De acordo com Soraia Napoleão Freitas (2006), a formação docente deve desenvolver competências intelectuais que permitam ao professor atuar em situações singulares no contexto educacional. A adequação dos recursos materiais e tecnológicos contribui para a realização da inclusão, garantindo que os alunos tenham acesso e possam atuar de forma independente. Para Bersch (2017), “a tecnologia assistiva, quando integrada ao currículo escolar, favorece a autonomia, a comunicação e a participação efetiva dos estudantes com deficiência.”.

Por fim, a participação ativa da comunidade escolar, incluindo família e profissionais de apoio, configura-se como um componente indispensável para a construção de um processo inclusivo que respeite as particularidades e potencialidades dos alunos especiais. Para

Mantoan (2006), “A educação inclusiva pressupõe a participação e a colaboração de toda a comunidade escolar, envolvendo professores, gestores, famílias e demais atores sociais na construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade.”

3 SALA RECURSOS MULTIFUNCIONAL

A sala de recursos multifuncionais é um espaço dedicado ao atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais, conforme previsto na legislação educacional brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Esse ambiente visa proporcionar suportes pedagógicos e adaptações que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo a inclusão social. Conforme aponta Prieto (2006), as salas de recursos multifuncionais funcionam como um suporte complementar ao ensino regular, de modo a promover a inclusão e a aprendizagem dos alunos contemplados pela educação especial. Diferente da sala regular, a sala de recursos dispõe de profissionais especializados, como professores de educação especial, psicólogos e terapeutas, que desenvolvem atividades individualizadas ou em pequenos grupos, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno.

A educação inclusiva demanda um processo de transformação escolar voltado ao respeito e à valorização das especificidades de cada aluno. Para tanto, fazem-se necessárias alterações nas práticas pedagógicas, na estrutura curricular e na capacitação contínua do corpo docente, com o propósito de assegurar condições reais de aprendizagem e de participação para todos os discentes no espaço escolar (Maria Teresa Eglér Mantoan, 2006, p. 23).

6

A presença da sala de recursos busca reduzir barreiras e minimizar as dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Ao oferecer intervenções pedagógicas específicas, esse espaço contribui para a autonomia e o fortalecimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Contudo, a efetividade da sala depende de uma articulação estreita com a sala regular, de modo a garantir a interdisciplinaridade e a continuidade do ensino. Também são essenciais recursos materiais adequados, capacitação constante dos profissionais e o engajamento da comunidade escolar. Para Luckesi (1994), a prática pedagógica precisa orientar-se para a transformação da sociedade e o desenvolvimento integral do discente. Apesar dos avanços, desafios persistem, como o preconceito, a insuficiência de recursos e a falta de formação adequada dos docentes para lidar com a diversidade. A superação desses obstáculos requer políticas públicas efetivas e

comprometimento institucional. Em última análise, a sala de recursos é fundamental para concretizar o direito à educação inclusiva, possibilitando que alunos com necessidades especiais acessem o currículo de forma democrática e participem ativamente da vida escolar.

4 AS ESPECIFICIDADES DE ESTUDANTES ATÍPICOS

No âmbito da educação inclusiva, a expressão "alunos atípicos" abrange, de maneira ampla, discentes cujos atributos, demandas educacionais ou métodos de aprendizagem divergem do padrão normativo previsto para uma faixa etária específica. Contudo, em textos normativos e oficiais, recomenda-se empregar nomenclaturas como estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) ou detalhar a condição ou necessidade educacional correspondente. Conforme Sasaki (1997), "Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais." Do mesmo modo, discentes cujas trajetórias são marcadas por migração, marginalização social ou descontinuidades na escolarização deparam-se com obstáculos que vão além da esfera estritamente pedagógica, abrangendo também aspectos psicossociais.

Compreender essas especificidades é fundamental para assegurar a inclusão escolar efetiva, promover a igualdade de oportunidades e estimular o crescimento integral de todos os alunos. Tal propósito demanda uma abordagem interdisciplinar, a coordenação entre diferentes instâncias da escola e da sociedade, e a disposição para reavaliar estruturas educacionais convencionais que frequentemente perpetuam exclusões veladas.

A educação especial na perspectiva inclusiva orienta a organização de recursos e serviços que favoreçam a participação dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2008)

Dentre as classificações comumente vinculadas aos discentes atípicos, encontram-se os portadores de distúrbios do neurodesenvolvimento, a exemplo do autismo, do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), da dislexia e de demais transtornos específicos do aprendizado. Os referidos educandos possuem formas particulares de assimilação de dados, o que exige ajustes instrucionais direcionados para assegurar sua inserção e continuidade na instituição de ensino.

Do mesmo modo, compõem essa parcela os discentes portadores de deficiências motoras, sensoriais ou associadas, os quais necessitam de ferramentas de inclusão e suporte especializado. Em contrapartida, os indivíduos com superdotação ou altas habilidades manifestam demandas

distintas, exigindo complexidade cognitiva e estímulos adequados para o seu esmero educacional.

Outra parcela relevante abrange os matriculados procedentes de cenários de vulnerabilidade social, tais como indivíduos em condição de pobreza, expostos à violência ou com histórico escolar descontinuado, além de migrantes e integrantes de minorias culturais. Tais aspectos sociais e culturais podem influenciar as dinâmicas de convivência com a instituição escolar, gerando obstáculos que transcendem o âmbito puramente pedagógico.

A identificação dessa pluralidade mostra-se essencial para que a instituição formule planos e diretrizes pertinentes, assegurando não somente a presença física, mas o engajamento efetivo e o crescimento completo dos discentes.

Portanto, a Declaração de Salamanca consagra a diretriz de que os estabelecimentos de ensino devem receber todos os alunos, sem distinção baseada em características físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de outra natureza.

5 CONCLUSÃO

A inserção de estudantes com necessidades especiais, sobretudo daqueles com perfis atípicos, constitui tanto um desafio quanto uma exigência indispensável para democratizar o acesso e fomentar a equidade no ensino. A flexibilização curricular, combinada com a formação docente permanente, mostra-se essencial para assegurar que a atuação pedagógica consiga abranger a heterogeneidade do ambiente escolar, construindo um espaço de ensino produtivo e receptivo. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), articulado ao uso correto da sala de recursos, atua como recurso fundamental para o acompanhamento personalizado, estimulando o progresso acadêmico e social do alunado. Ademais, o engajamento efetivo de todos os agentes educacionais — professores, profissionais técnicos, discentes, familiares e gestores — amplia a viabilidade de uma integração real e transformadora. Todavia, reconhece-se a permanência de obstáculos estruturais, formativos e de conscientização, exigindo ações coordenadas para que a inclusão ultrapasse o plano formal e se efetive na prática diária das instituições.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e educação, 2017.

Booth, T., & Ainscow, M. **Índex para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. New Redland, United Kingdom, 2002.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York , em 30 de março de 2007. Diário oficial da União:

Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 12.686 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

A CONSTITUIÇÃO brasileira de 1988 revisitada. Brasília: IPEA, 2009.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002.

Luckesi, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo Moderna, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Política de inclusão escolar no Brasil**. São Paulo: summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.